

ARTICULAÇÃO E CORRESPONSABILIDADE

Um ecossistema em movimento.

Por que a promoção e a proteção dos direitos da pessoa idosa exigem articulação, informação e corresponsabilidade.



AUTORES • LONGEVIVER

Eduardo Ferreira
Maria Silvia Pedreira Ferreira

A promoção e a proteção dos direitos da pessoa idosa não se realizam por meio de ações isoladas. Elas dependem de um ecossistema institucional complexo, formado por múltiplos atores, com responsabilidades distintas e interdependentes.

Em um contexto de rápido envelhecimento populacional, **compreender essa arquitetura deixa de ser um exercício conceitual** e passa a ser condição para a efetividade das políticas públicas.

Esse ecossistema envolve conselhos de direitos, coordenadorias da política da pessoa idosa, fundos públicos, órgãos de controle, sistema de justiça, organizações da sociedade civil, universidades, empresas e organismos multilaterais. Cada um desses atores cumpre uma função específica, regulada por marcos legais, capacidades técnicas e dinâmicas territoriais. O desafio central não está apenas na existência dessas instâncias, mas **na forma como elas se articulam — ou deixam de se articular — no cotidiano da política pública.**

Três atores estruturantes

No centro desse sistema estão três atores estruturantes: o **Conselho da Pessoa Idosa**, responsável pela deliberação e pelo controle social; a **Coordenadoria da Política da Pessoa Idosa**, encarregada da formulação, articulação e implementação das ações; e o **Fundo da Pessoa Idosa**, instrumento de financiamento que materializa decisões em projetos e iniciativas concretas. Esses três elementos não operam em cadeia linear, mas em interação permanente. Quando um deles falha, o impacto se espalha por todo o sistema.

O Conselho, por exemplo, não pode exercer plenamente sua função deliberativa se não dispõe de informações qualificadas sobre o território, sobre a realidade da população idosa e sobre a execução das políticas. A Coordenadoria, por sua vez, enfrenta limites quando precisa operar sem planejamento, dados ou articulação intersetorial. Já o Fundo, embora seja frequentemente tratado como o centro do debate, **não é solução em si mesmo**: sem projetos bem formulados, sem OSCs fortalecidas e sem processos transparentes de deliberação e acompanhamento, os recursos permanecem subutilizados ou concentrados em poucos territórios.

A mesma arquitetura, capacidades desiguais

Um aspecto frequentemente negligenciado é que esse mesmo modelo institucional é aplicado tanto em grandes metrópoles quanto em municípios com menos de cinco mil habitantes. **A complexidade formal do sistema é a mesma, mas as capacidades técnicas, administrativas e políticas são radicalmente diferentes.** Em muitos municípios pequenos, o acúmulo de funções em poucos

servidores, a fragilidade das OSCs locais e a baixa disponibilidade de dados tornam o funcionamento do ecossistema ainda mais desafiador.

Essa assimetria ajuda a explicar por que há pouco espaço para que um ator “compense” a fragilidade de outro. Conselhos não substituem coordenações; fundos não substituem planejamento; OSCs não substituem o papel do Estado. Quando isso ocorre, o resultado costuma ser sobrecarga, informalidade e perda de eficiência. **A lógica do ecossistema exige corresponsabilidade, clareza de papéis e cooperação estruturada.**

Dados existem, mas **não** chegam à decisão

Nos últimos anos, houve avanços importantes na produção e na disponibilização de dados sobre envelhecimento, proteção social e financiamento público. No entanto, essas informações seguem **dispersas, fragmentadas e, muitas vezes, inacessíveis para quem está na ponta da decisão**. Conselhos e coordenações frequentemente não dispõem de corpo técnico capaz de sistematizar dados, acompanhar indicadores ou transformar informação bruta em subsídio para decisão. O resultado é um processo decisório baseado mais em percepções, urgências e disputas pontuais do que em diagnósticos consistentes.

Organismos multilaterais, universidades e instituições de pesquisa têm insistido, de forma recorrente, na centralidade da informação para o fortalecimento de políticas públicas complexas. Capturar, organizar e interpretar dados **não é um luxo tecnocrático**, mas parte da infraestrutura necessária para a democracia substantiva e para o controle social qualificado. Sem isso, o ecossistema perde capacidade de aprendizado, de correção de rumos e de inovação.

O motor social e o papel da informação

É nesse contexto que se torna útil pensar a política da pessoa idosa como um **motor social**. Um sistema composto por engrenagens distintas — conselho, coordenadoria, fundo e demais atores do ecossistema — que só produz movimento quando cada peça cumpre sua função com precisão e em articulação com as demais. Nenhuma engrenagem, por mais robusta que seja, consegue substituir outra. Quando isso ocorre, o motor não se fortalece; ele perde eficiência, gera atrito e compromete sua capacidade de entrega.

